

O crime na cidade: considerações sobre homicídios em Manaus/AM em uma perspectiva histórica e social

Giêr Monteiro Memória

Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa - pela Universidade do Estado do Amazonas (2012) e especialização em Direito Educacional pela Universidade Cândido Mendes (2020). É acadêmico de Direito da Universidade Federal do Amazonas - UFAM e mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da mesma Universidade (PPGS/UFAM).

Ulisses César da Costa e Silva

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Pós-graduado em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera-UNIDERP; Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus (CEULM).

DOI: 10.47573/aya.5379.2.94.16

RESUMO

O presente estudo é resultado de uma leitura histórica e social acerca da evolução dos índices de homicídios em Manaus entre os anos de 1980 e 2015. Durante o levantamento de dados, identificou-se que quase inexistem estudos que tratam da evolução dos índices de homicídios na capital do Estado do Amazonas, principalmente em relação à sua dinâmica socioespacial entre os anos de trinta anos. Para este artigo, optamos por fazer um levantamento bibliográfico de pesquisas que abordam o tema da criminalidade violenta na cidade, principalmente no que diz respeito ao número de homicídios, em conjunto com os dados publicados anualmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) através do Atlas da Violência e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. No que diz respeito à configuração socioespacial, este estudo apoia-se na premissa de que as mudanças que o espaço urbano sofre têm impacto na vida social como um todo (Coelho, 1988; Silva, 2012; BEATO, 2012) e que a estrutura urbana é um dos determinantes do fenômeno da criminalidade violenta.

Palavras-chave: sociologia do crime e da violência. sociologia jurídica. segurança pública. violência urbana. homicídios.

ABSTRACT

This article is the result of a historical and social reading about the evolution of homicide rates in Manaus between the years 1980 and 2015. During the data collection, it was identified that there are almost no studies that deal with the evolution of homicide rates in Manaus, capital of the State of Amazonas, mainly in relation to its socio-spatial dynamics between the years 1980 - 2015. For this article, we chose to carry out a bibliographic survey of research that addresses the topic of violent crime in the city, especially with regard to the number of homicides, together with data published annually by the Instituto de Pesquisa Econômica Aplica (IPEA) through the Atlas of Violence and the Brazilian Public Security Yearbook. With regard to the socio-spatial configuration, this study is based on the premise that the changes that urban space undergoes have an impact on social life as a whole (COELHO, 1988; SILVA, 2012; BEATO, 2012) and that the urban structure is one of the determinants of the phenomenon of violent crime.

Keywords: Sociology of crime and violence. Legal Sociology. Public security. Urban violence. Homicide.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir da década de 1980 houve um incremento relevante da violência nas regiões metropolitanas brasileiras. A partir desse fenômeno, o exponencial avanço da criminalidade violenta urbana transformou o crime e a violência em problema público de primeira ordem e impulsionou a produção acadêmica sobre o tema, especialmente nos últimos 20 anos. Estudos de diversas ordens no campo da sociologia buscaram compreender os patamares da violência urbana, uma vez que o fenômeno da criminalidade violenta coloca o Brasil no rol dos países com as mais altas taxas de homicídio do mundo, comparáveis as de países em guerra ou guerrilhas (Zaluar, 2014; Adorno e Salla, 2007; Silva e Fernandes, 2007).

País afora, e com cobertura maciça dos meios de comunicação, é cada vez mais comum o envolvimento, mas não somente, da juventude em episódios de latrocínios, tráfico de drogas, conflitos entre grupos ou gangues rivais.

Em se tratando de homicídio, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016), elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número de mortes violentas intencionais, no Brasil, foi de 58.467 no ano de 2015. Desse total, de acordo com o Anuário, 54% são de jovens entre 15 a 24 anos. 73% dessas vítimas são pretos e pardos.

No plano local, em pesquisa recente divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através do Atlas da Violência (2017), o número de homicídios no Amazonas cresceu 145,7 %, saltando de 599 para 1472, entre os anos de 2005 a 2015.

A escolha de Manaus para fins de análise não é aleatória. Tomando os dados fornecidos pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, veiculado pelo Atlas da Violência, Manaus apresentou em 2015 uma taxa de 54,9 homicídios por cem mil habitantes, com um número surpreendente de 1.130 mortes naquele ano.

Em decorrência desse quadro, o problema sociológico aqui formulado buscará compreender os principais fatores e condicionantes desse movimento, de forma apreender o que existe de fenômenos urbanos que geram situações de violência, causando a morte, principalmente, de jovens na cidade de Manaus.

Trata-se, portanto, de analisar os fatores que condicionam a criminalidade violenta e em que medida essa violência se relaciona com o espaço social urbano e a condição de vulnerabilidade social vivida pelos moradores, principalmente das zonas periféricas de cidade.

Violência urbana: uma reflexão

Machado da Silva (1993) chamava atenção na utilização do termo “violência urbana” como categoria de análise. Em sua visão, seria necessário tomar o conceito de violência urbana como uma representação, ou seja, “uma construção histórica e que ela constitui, em seu uso rotineiro, o que pretensamente descreve” (MACHADO DA SILVA *apud* FELTRAN, 2014).

Feltran (2014)¹, ao refletir sobre a categorização do crime e da violência nas periferias brasileiras, sustenta que a pauta da discussão acadêmica no Brasil pendula entre argumentos “tão consistentes, quanto divergentes”:

De um lado, enfatizou-se a expansão da cidadania, comprovada pela maior cobertura das políticas e melhoria dos indicadores sociais (inclusive desigualdade de renda), mas também pela manutenção de marcos legais progressistas, consolidação da participação social em conselhos, estabilidade da democracia institucional, além da enorme expansão das capacidades de consumo e crédito populares. De outro, denunciou-se o recrudescimento da insegurança e a militarização da ordem urbana, a criminalização da pobreza e sua instrumentalização pelos mercados imobiliários e de segurança privada, a ampliação do encarceramento e a tendência à internação compulsória de usuários de drogas, bem como a incriminação do protesto social, atentados aos direitos civis (FELTRAN, 2014, p. 495-496).

Seguindo esse raciocínio, uma enormidade de pesquisas realizadas no Brasil concluiu

1 Participando de uma série de debates sobre as periferias, os pobres, a violência, os movimentos sociais ou as transformações urbanas nos últimos anos, dei-me conta de que nossos argumentos, vindos de diferentes áreas e enfoques são, quase sempre, baseados em representações totalizantes sobre a “periferia” ou a “pobreza”. Cf. Feltran, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, Set./Dez. 2014

que a incidência de homicídios é maior em favelas e bairros de baixo poder aquisitivo (Coelho, 1988; Silva, 2012; BEATO, 2012). No entanto, a relação entre pobreza e violência não é tão simples à primeira vista. Misse (2006) já sustentava que a pobreza não é, necessariamente, causa da criminalidade ou do aumento da violência urbana.

Diante desse quadro, a exclusão social não é, por si, responsável pelo ciclo de violência que aflige em grande medida as zonas urbanas, mas é visível que ondas de violência ocorrem preferencialmente quando as condições de provimento de justiça são precárias. Beato e Zilli (2014, p. 88) são taxativos quanto ao tema: “Nem sempre locais deteriorados são violentos, mas locais violentos são sempre deteriorados”.

Para Silva (2014), como o espaço urbano está em permanente mutação, como resultado do processo de produção e transformação do espaço e da reprodução social, torna-se fundamental compreender seus determinantes sobre o crime e a violência. Portanto, à guisa de maiores considerações sobre a dicotomia da violência urbana e sem fechar o espectro de conceitos e explicações sobre o fenômeno em questão, essa pesquisa se insere na perspectiva de que as mudanças que o espaço urbano sofre têm impacto na vida social como um todo.

A violência e as cidades

Silva e Marinho (2014) afirmam que grande parte das transformações que as cidades sofreram tem impactos de muitas naturezas na produção da violência e do medo e que estrutura urbana é um dos determinantes do fenômeno da violência e do crime.

No entanto, é preciso retroceder à história para verificar como a organização das primeiras cidades industriais impactava o modo de viver das pessoas. As cidades que se industrializavam passaram a ter bairros industriais para que os trabalhadores morassem próximos às fábricas. Houve também o crescimento exponencial da população, visto que grande volume de pessoas deslocava-se do campo para trabalhar na zona urbana. Por outro lado, os problemas sociais avolumavam-se: condições sanitárias precárias, trabalhos penosos e insalubres e aumento gradual da delinquência, principalmente a patrimonial,

Para Gil (2011, p. 228) “a concentração das populações nas cidades tornou-se uma das principais características da vida social no Século XX”. Louis Wirth, um dos membros da escola de Chicago, argumentava que ambientes urbanos produziam um tipo especial de vida social, o que ele denominou de urbanismo (Johnson, 1997). Segundo ele, a vida social na cidade tende a ser mais anônima e baseada em relações formais e complexas divisões do trabalho.

Diversos e importantes estudos sobre a configuração espacial das cidades foram estudados na Escola de Chicago, um verdadeiro laboratório social nos Estados Unidos. Dentre os pesquisadores, destacam-se *Robert Park*, *Ernest Burgess* e *McKenzie*. Esses teóricos buscaram compreender como a estruturação das cidades implicava na mudança de ordem social, econômica e política.

A escola da ecologia humana nasceu nesse contexto. Silva e Marinho (2014, p. 72), ao fazer uma análise do livro *The City*², descreve a escola ecológica da seguinte forma:

Park diferencia a ecologia humana da geografia: a preocupação da primeira não seria a

² *The City*, livro publicado em 1925 e editado por Robert Park, Burgess e McKenzie, é uma síntese das principais ideias e teorias da escola de Chicago.

relação do homem com a terra em que vive, mas sim de suas relações com outros homens, e trata dos processos de seleção e segregação social que resultariam na formação de grupos sociais naturais.

A escola de Chicago foi bastante criticada na época por tratar os fenômenos urbanos e sociais de forma determinista, sem levar em consideração as escolhas individuais e coletivas presentes nas redes de relação de poder.

Esse entendimento sobre a configuração do espaço urbano trata a estruturação das cidades como produto do contínuo movimento de expansão, em termos geográficos, da concentração econômica, descentralização do espaço social e geográfico, cujas características são determinadas por competições, sucessão e dominância de uma população sobre a outra (SILVA; MARINHO, 2014).

Desta forma, as relações no espaço urbano são medidas pelo processo de distribuição social dos indivíduos, separados em função de critérios em função de origem social, nível socioeconômico, status social, escolaridade etc. Logo, a maneira como a cidade se organiza tende a afetar o comportamento dos indivíduos, reduzindo a coesão e o estabelecimento efetivo do controle formal e também informal, produzindo situações de violência e delinquência.

Beato e Zilli, por exemplo, ao refletir acerca do contexto urbano e das dinâmicas criminais aponta que,

Em alguns casos, esse contexto leva à desorganização em termos de mobilização social e à incapacidade de exercer controles sociais efetivos nas áreas afetadas. [...] O resultado é que, já na sua origem, parecem ser comunidades com baixa capacidade de regulação e controle social do que ocorre em seu interior, o que faz delas territórios potencialmente vulneráveis à estruturação de atividades criminosas locais, **protagonizadas por gerações de jovens envolvidos em grupos delinquentes ou gangues** (2014, p. 88, grifo nosso).

A reflexão da criminalidade na perspectiva funcionalista, a exemplo da Escola de Chicago, não anula outros tipos reflexão, pois as sociedades são consideradas criações humanas e, como tal, refletem a necessidade de escolhas e decisões:

A cidade precisa ser pensada em termos de interação entre as relações de produção, consumo, troca e poder, o que implica a politização da questão urbana, com a necessidade de se considerar o papel dos movimentos sociais urbanos, a estruturação social do território e o papel do Estado na urbanização (GIL, 2001, p. 229).

Ou seja, embora a estrutura social da cidade afete o modo de vida (concepção objetiva) e o comportamento dos indivíduos, as relações existentes no campo social são relações de poder (concepção subjetiva) e não meras forças aleatórias e simplesmente determináveis. Essa visão coaduna com pensamento de Porto (2010) ao analisar o fenômeno da violência e suas representações sociais. Na visão da autora,

[...] não existe violência no singular, mas violências, cujas raízes são múltiplas e cuja identificação é complexa; portanto, qualquer tentativa explicativa e de conceituação tem que, de forma compulsória, considerar tal multiplicidade. Não sendo singular, mas plural, a violência não pode ser sistematicamente identificada a uma classe, segmento ou grupo social. Nem a supostos condicionantes territoriais, que explicariam sua existência referida à maior incidência em determinados estados do país, ou apontados para sua concentração em espaços específicos no campo ou na cidade. **O que não significa que não faça sentido trabalhar em termos de uma cartografia ou mapa de vitimização que busque articular manifestações de violência e espaços social.** Entretanto, associar, com exclusividade a violência à pobreza, a desigualdade, à marginalização, à segregação espacial etc., pode levar a desvendar apenas uma parte, importante, mas insuficiente da explicação sociológica do fenômeno [...] (PORTO, 2010, p. 15, grifo nosso).

Essa concepção vincula-se, portanto, ao conceito de método adotado por Bourdieu (1987) citado por Jourdain e Naulin (2017), ao propor a superação da oposição entre objetivismo e subjetivismo:

Por um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivas dos agentes, fundamentam as representações subjetivas que constituem as coerções estruturais que pesam sobre as interações; mas por outro lado, estas representações devem também ser mantidas se quisermos prestar conta notadamente das lutas cotidianas, individuais e coletivas, que visam a transformar ou conservar estas estruturas (BOURDIEU *apud* JOURDAIN; NAULIN, 2017, p. 48).

Para consubstanciar, por fim, o que se propõe na discussão acerca da criminalidade e da violência no contexto urbano manauara, essa pesquisa adota como modelo de análise a perspectiva sócio-histórica e dialética, como forma a investigar as transformações ocorridas na urbe, tanto do ponto de vista macrossocial como microssocial:

No primeiro, focaliza-se o movimento dos homicídios dolosos tendo em vista fatores históricos, econômicos, políticos e sociais. No segundo nível, em cada uma das milhares de partes em que a cidade é dividida são verificadas características econômicas, infraestruturais, demográficas e sociais, entre outras, que se mostram significativas para explicar a variabilidade do número dos homicídios (NERY, 2016, p. 9).

Para efeitos de uma abordagem histórica e dialética foi realizado um breve levantamento de estudos relacionados à temática local da violência, como forma de mapear o material disponível para fundamentação teórica deste artigo³.

Destaca-se, entre as pesquisas: Santiago (2016), que analisou a espacialização da violência e densidade demográfica nas zonas de Manaus; Dantas (2014), que abordou historicamente o crime na cidade de Manaus entre os anos de 1905-1915; Cunha (2016), que trata da questão do menor infrator e a questão da maioridade penal; e, por fim, Cohen (1999), que analisou os homicídios como problema de saúde pública na cidade de Manaus entre os anos de 1990 a 1998.

Manaus: passado e presente

Entre as décadas de 1960 e 1970, a cidade de Manaus sofreu uma verdadeira imigração em massa, trazendo consigo pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo em busca do Novo Eldorado, consequência direta da panfletagem veiculada pelos meios de comunicação que propagavam o *Novo Eldorado*, discurso impetrado a fim de atrair mão de obra disponível para a nascente Zona Franca de Manaus:

A cidade de Manaus passou a exercer força de atração sobre muitas pessoas tanto dos diversos municípios do Estado quanto de Estados vizinhos, pela possibilidade de oferta de emprego e melhores condições de vida. Falamos em possibilidade, porque efetivamente nem todos os que migraram para Manaus ou trabalharam no PIM tiveram condições de vida mais favoráveis ao se tornarem industriários (ANDRADE, 2012, p. 5).

O fim da década de 70 e início dos anos 80 é período em que começa a expansão territorial da cidade para as zonas administrativas Leste e Norte, por meio de ocupações principalmente irregulares de áreas afastadas do Centro da cidade. A grande maioria dos bairros que existem atualmente na cidade de Manaus surgiu naquela década, originando-se de invasões de áreas verdes. São exemplos: Coroado, São José Operário, Zumbi dos Palmares, Armando Mendes e Cidade de Deus. Esses bairros possuem grande concentração populacional, estão localizados nas zo-

³ Banco de dissertações e teses da Universidade Federal do Amazonas – TEDE.

nas Leste e Norte e são responsáveis pelo agravamento de problemas relacionados à ocupação desordenada do solo, destruições da cobertura vegetal nativa e graves deficiências quanto ao saneamento básico.

Em uma perspectiva social, no início dos anos de 1990, Manaus, assim como todo o Brasil, sofria as consequências fracassadas de diversos planos econômicos, descontrole de contas públicas, sistema educacional falido e desemprego em massa, principalmente nas linhas de montagem do Distrito Industrial, alcançando grande parte da população (BENTES, 2014).

Já no ano 2000, a população Manauara constituía-se de 1.405.835 pessoas, distribuídas, predominantemente na zona urbana⁴. Atualmente, é o município mais populoso do Amazonas e da Região Norte do Brasil, com sua população estimada em 2,1 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁵. Assim, é por meio dessa abordagem que esta pesquisa se propõe a analisar a criminalidade violenta tomando como ponto de partida a década de 1980 até o ano 2015.

Resultados

Nos últimos anos o número de homicídios nas grandes cidades aumentou consideravelmente. Para Saporì e Soares (2014), a banalização dos homicídios é um fenômeno que caracteriza o cotidiano brasileiro. Para o pesquisador, são mais de 130 assassinatos por dia, concentrados principalmente nas regiões metropolitanas e cidades de porte médio do interior. Ainda, de acordo pesquisador, o número de homicídios no país saltou de um pouco mais de 10 mil por ano no início dos anos de 1980 para mais de 50 mil em anos recentes. Essa dinâmica constitui, pois, um problema social grave.

É preciso analisar também o papel do jovem nesse contexto, pois o crescimento da violência está intimamente associado à faixa etária de 15 a 24 anos de idade, em que a taxa de homicídios desse seguimento mais do que duplicou entre 1980 a 2011, quando passou de 19,6 para pouco mais de 50 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes.

Nascimento (2005) realizou acerca dos índices de homicídios na capital amazonense entre os anos de 1980 a 2005. Segundo o pesquisador, com base em dados da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas – SSP/AM, a maioria dos óbitos por homicídio em Manaus, até 2004, segue uma tendência universal, concentrando-se nos homens jovens adultos, com baixos níveis de ocupação e escolaridade e em bairros com piores padrões socioeconômicos (idem, 2006, p. 70).

Ao refletir acerca dos homicídios na área urbana da cidade de Manaus entre os anos de 1980 a 2005, Nascimento (2006, p. 68) observa que:

Há uma preocupação geral no município com as taxas de mortalidade por homicídio, que cresceram suas médias anuais a partir da década de 1980. A referida taxa, que, em 1979/1981, era de 20 por 100 mil habitantes, passou para 27 por 100 mil habitantes em 2001/2003. [...] Isso corresponde a um crescimento de 36,9%, assegurando à cidade de Manaus uma posição de bons resultados apenas quando comparadas às taxas das regiões metropolitanas brasileiras, que se encontram em pior situação quanto à mortalidade por homicídio, como, por exemplo, Recife, Vitória ou Rio de Janeiro.

⁴ IBGE – Censos Demográficos – 1930 – 2000.

⁵ IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013>.

Verifica-se, pelos dados fornecidos pelo pesquisador, que no decorrer de mais ou menos vinte anos (1979/1981 - 2000) o número de homicídio cresceu 36,9%, para ele, um “bom resultado”, comparado com outras regiões metropolitanas. Mas como explicar, por exemplo, a evolução dessa taxa entre os anos de 2005 a 2015? Tomando os dados fornecidos pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, veiculado pelo Atlas da Violência, Manaus apresentou em 2015 um índice de 54,9 homicídios por cem mil habitantes, com um o número surpreendente de 1.130 mortes naquele ano.

A hipótese para tal resultado, é que a causa de homicídios na cidade está relacionada com condição social da população no espaço urbano, em grande medida consubstanciada pelas condições sociais deterioradas e em situação de vulnerabilidade social, como depreende da análise de Souza (2016) acerca da ocupação do espaço urbano em Manaus ainda na década de 80. Assim reflete um de seus interlocutores:

Eu cheguei ao Bairro de São José I por volta de 1981 e o bairro estava começando. Então, somente a ruas principais foram abertas, mas não existia nem água encanada... Então, eu, meu irmão e meu padrasto carregavam água em carinhos de rolimã que vinha de um poço artesiano na parte de cima do bairro. Não existiam escolas e muito menos lugares de lazer [...]. Apenas foram abertas e asfaltadas as ruas principais numa gigantesca área verde loteada e dividida em quadras pelo governo do então governador Gilberto Mestrinho. Segundo ele, as benfeitorias básicas demorariam anos pra serem concluídas, mas me recordo que o Bairro do Coroado já tinha infraestrutura completa e quando passavam de ônibus rumo ao centro da cidade, a gente prestava muita atenção nisso [...] (Entrevista concedida por Ulisses Almeida em 12 de abril de 2016 - Manaus-AM).

Esse processo de ocupação parece ser uma tendência global (DAVIS, 2015), em que as condições de moradias de grande parte da população mundial deram lugar a novas cidades impregnadas pela informalidade, desemprego, criminalidade, gangsterismo e vulnerabilidade social da população.

Esse tipo de conformação local pode levar ao acirramento de conflitos sociais, domésticos e territoriais e, muitas das vezes, a ilegalidade como única referência moral pode condicionar os indivíduos à formação estratégica de sobrevivência, em uma fronteira tênue entre o legal e o ilegal, o formal e o informal (TELLES, 2009).

Beato e Zilli (2014) asseveram que esse tipo de configuração social pode esclarecer também alguns motivos pelos quais determinadas comunidades passaram de situação inicial marcada rivalidades restritas para configurações criminais mais complexas, com altíssimo nível de criminalidade, igualmente a que temos observado pela imprensa na capital Amazonense, em que mortes violentas (muitas das quais com antecedentes de tortura) pelos bairros da periferia fazem parte do cotidiano da população.

Sendo assim, bem provável que o aumento da taxa de homicídios dos últimos 10 anos (2005-2015) esteja relacionado com o tráfico de drogas nas periferias da cidade, como se depreende de notícias veiculadas pela imprensa local a partir do ano de 2004⁶, quando do possível surgimento da denominada facção Família do Norte – FDN.⁷

6 De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, a Família do Norte – FDN começou suas operações criminosas em 2004, no bairro Mauzinho, na Zona Leste da Capital. “Várias denúncias indicavam que um grupo criminoso se fortalecia no Mauzinho, inclusive ostentando armas à população e decidindo quem entrava e quem saía do bairro. Na época isso não era comum em Manaus”, lembrou o delegado George Gomes, delegado titular do 8º DIP.

Disponível em: <http://www.acritica.com/channels/manaus/news/segundo-no-comando-da-fdn-joao-branco-e-sangue-e-droga> - Acesso em 23 de outubro de 2017.

7 Existe controvérsia acerca do início das atividades da FDN em Manaus. Possivelmente, a FDN foi criada entre 2006 e 2007 por José Roberto Fernandes Barbosa, apelido “Zé Roberto da Compensa” e Gelson Carnaúba, apelido “Mano G”. Disponível em: <https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/2020/05/29/faccap-familia-do-norte-fdn-historia-e-analise/>

Até 2004 não havia facção, pois as relações criminais eram delimitadas geograficamente por bairros ou zonas. Assim, cada bairro tinha um líder (ou um “traficante” que comandava a área). Regra geral, nenhum traficante invadia ou atacava o bairro alheio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise objetivou tão somente refletir, histórica e socialmente, acerca de uma provável causa de aumento dos homicídios na cidade a partir de estudos realizados a partir dos anos de 1980, que apresentava uma taxa média de 20 por cem mil habitantes, passando pelos anos de 2001 a 2003 (com média de 27 homicídios por 100 mil habitante) até chegar em 2015, cujo patamar foi 54,9 por 100 mil, com o número de 1130 naquele ano. Acrescente-se que são poucas as pesquisas locais acerca da configuração dos homicídios na cidade, principalmente pela dificuldade na prospecção de dados confiáveis oferecidos pelos órgãos da Segurança Pública.

Por fim, é necessária uma análise profunda da relação entre criminalidade violenta, condições socioeconômicas na cidade de Manaus e, principalmente, no que diz respeito ao surgimento de facções criminosas na cidade e como esse novo contexto vem impactando o modo de vida dos moradores da Cidade de Manaus.

REFERÊNCIAS

ANDRADE Aldair de. Migração para Manaus e seus reflexos socioambientais. Revista Somanlu, ano 12, n. 2, jul./dez. 2012.

BEATO, C. C. Crimes e cidades. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

BENTES Norma. Manaus: realidade e contrastes sociais. 2. Ed. Manaus: FAPEAM, 2014.

BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. Organização social do crime. In. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 86-96.

COELHO, E.C. A criminalidade urbana violenta. Dados, v. 31, n. 2, 1988, pp. 145-183.

CUNHA, Raphael Leone Santos. O menor infrator, a questão da maioria penal e as medidas socioeducativas em prática no Brasil e no Amazonas – Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, 2016.

DANTAS, Paula. Desordem em Progresso - Crime e criminalidade em Manaus (1905-1915) – Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, 2014.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. Boitempo, 2015.

Feltran, Gabriel de Santis. O valor dos pobres: aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, Set./Dez. 2014

_____. Crime e periferia. In. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 86-96.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Atlas da Violência, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública, 2016.

GIL, Antônio Carlos. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 2011.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos. Petrópolis: Vozes, 2017.

MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lumens Iuris, 2006.

NASCIMENTO, Antônio Gelson de Oliveira. Caracterização e espacialização dos homicídios, diferenciais sócio-econômicos e demográficos das vítimas residentes em área urbana. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amazonas, 2016.

NERY, MARCELO BATISTA. Crime e violência no cenário paulistano: o movimento e as condicionantes dos homicídios dolosos sob um recorte espaço-temporal. São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

PORTO, Maria Stela Grossi. Sociologia da violência: do conceito às representações sociais. Brasília: Verbana Editora, 2010.

SANTIAGO, Andréia Carla Rossy de Sales. Espacialização da criminalidade: um estudo sobre a relação entre densidade demográfica e violência em Manaus. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, 2016.

SAPORI, Luís Flávio; SOARES, Gláucio Ary Dillon. Por que cresce a violência no Brasil? Minas Gerais: PUC MINAS, 2014.

SILVA, B. F. A. Desorganização, oportunidade e crime: uma análise ecológica dos homicídios em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Braulio; MARINHO, Frederico Couto Marinho. Urbanismo, desorganização social e criminalidade. In. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014, pp. 71-85.

SOUZA, Richardson Adriano de. Estudo de caso sobre a prática e o processo de consolidação do breakdance em Manaus de 1983 a 1993. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Letras – ICHL, Universidade Federal do Amazona, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Sistema de Bibliotecas – TEDE UFAM – Disponível em: <http://biblioteca.ufam.edu> – Acesso em 17 out. 2017.

ZALUAR, Alba. Etos guerreiro e criminalidade violenta. In. LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.